

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Antônio e Beatriz foram casados e tiveram dois filhos: Carlos e Daniela. Antônio também tinha uma filha de outro casamento, Elisa. Após o falecimento de Antônio, o único imóvel residencial do casal passou a ser copropriedade de Beatriz, Carlos, Daniela e Elisa. Beatriz permaneceu residindo no imóvel com Carlos e Daniela, enquanto Elisa ajuizou ação de extinção de condomínio, pleiteando a venda judicial do imóvel e a cobrança de aluguéis pelo uso do bem pelos demais moradores. O juízo de primeira instância acolheu o pedido de Elisa, determinando a venda do imóvel e condenando Beatriz, Carlos e Daniela ao pagamento de aluguéis proporcionais à cota de Elisa. Beatriz apelou, sustentando que possui direito de permanecer no imóvel de forma gratuita enquanto viver, em razão de sua condição de cônjuge sobrevivente. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, assinale a afirmativa correta.

- O direito real de habitação de Beatriz impede a extinção do condomínio e a alienação judicial do imóvel; e Elisa pode exigir aluguéis de Carlos e Daniela apenas pelo uso do imóvel.
- O direito real de habitação de Beatriz impede a extinção do condomínio e a alienação judicial do imóvel; Elisa não pode exigir aluguéis de nenhum dos moradores pelo uso do imóvel. – **OPÇÃO CORRETA**
- O direito real de habitação de Beatriz não impede a extinção do condomínio nem a alienação judicial do imóvel; Elisa pode exigir aluguéis de Beatriz, Carlos e Daniela pelo uso do imóvel.
- O direito real de habitação de Beatriz impede a extinção do condomínio e a alienação judicial do imóvel; mas Elisa pode exigir aluguéis de Beatriz, Carlos e Daniela pelo uso do imóvel.

Questão 02

Rafael ajuizou ação contra Samara buscando a declaração de propriedade sobre um terreno urbano. Na petição inicial, atribuiu à causa o valor de R\$ 10.000,00, enquanto o terreno tinha valor de mercado estimado em R\$ 400.000,00. Ao analisar o processo, a juíza Tamires entendeu que o valor atribuído à causa era manifestamente irrisório diante do proveito econômico perseguido e, de ofício, corrigiu o valor para R\$ 400.000,00, determinando que Rafael complementasse as custas processuais no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo. Nos termos do Código de Processo Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- O valor da causa é matéria passível de correção de ofício pelo juiz, quando não corresponda ao conteúdo patrimonial em disputa ou ao proveito econômico pretendido pela parte autora; contra o pronunciamento jurisdicional que corrige de ofício o valor da causa cabe agravo de instrumento.
- O valor da causa é matéria passível de correção de ofício pelo juiz, quando não corresponda ao conteúdo patrimonial em disputa ou ao proveito econômico pretendido pela parte autora; contra o pronunciamento jurisdicional que corrige de ofício o valor da causa não cabe agravo de instrumento. – **OPÇÃO CORRETA**
- O valor da causa não é matéria passível de correção de ofício pelo juiz, ainda que não corresponda ao conteúdo patrimonial em disputa ou ao proveito econômico pretendido pela parte autora; contra o pronunciamento jurisdicional que corrige de ofício o valor da causa cabe agravo de instrumento.
- O valor da causa não é matéria passível de correção de ofício pelo juiz, ainda que não corresponda ao conteúdo patrimonial em disputa ou ao proveito econômico pretendido pela parte autora; contra o pronunciamento jurisdicional que corrige de ofício o valor da causa não cabe agravo de instrumento.

Questão 03

Lucas compareceu como convidado à recepção de celebração do casamento de Laura e Gustavo. A recepção dos convidados foi organizada inteiramente pela empresa GV Festas e Recepções, em razão de contrato celebrado com os noivos. Durante a festa, ao ir ao banheiro, Lucas pisou em pedaços de vidro e escorregou, vindo a sofrer profundo corte no pé esquerdo e a fraturar o braço direito. Os pedaços de vidro e o chão molhado e escorregadio próximo ao banheiro decorreram do fato de que convidados haviam deixado cair no chão taças com bebidas, que ainda não tinham sido retirados e limpadados pela empresa responsável pela organização da celebração. Lucas entende ter sofrido danos morais, materiais e estéticos, motivo pelo qual irá ajuizar ação indenizatória contra a GV Festas e Recepções. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- Lucas deverá ajuizar a ação indenizatória no foro do lugar do fato ou no foro do domicílio do réu.
- A responsabilidade do *buffet* em relação aos convidados será apurada mediante a verificação de culpa.
- O prazo prescricional que Lucas dispõe para o ajuizamento de ação indenizatória é de três anos, contados da data do conhecimento do dano e de sua autoria.
- Lucas é considerado consumidor e pode requerer aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), mesmo que tenha comparecido à festa como convidado. – OPÇÃO CORRETA

Questão 04

A Caixa Econômica Federal ajuizou execução fiscal em desfavor de By Modas Infantil LTDA., relativamente a valores não recolhidos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A execução fiscal foi distribuída à 1ª Vara Federal de Uberlândia, Seção Judiciária de Minas Gerais. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- Valores não recolhidos de FGTS não podem ser objeto de execução fiscal, pois não têm natureza tributária.
- A execução fiscal deve ser extinta sem resolução do mérito, porque é intentada contra pessoa jurídica de direito privado.
- A Caixa Econômica Federal não tem legitimidade para ajuizar execução fiscal relativa aos seus créditos, porque não integra o conceito de Fazenda Pública. – OPÇÃO CORRETA
- O juízo da 1ª Vara Federal de Uberlândia deve declinar sua competência para o julgamento da ação e determinar a remessa dos autos à Justiça Estadual, juízo competente para o caso.

Questão 05

Melissa, 4 anos, é filha de Eduarda e Pablo Júnior. Melissa reside em Pedra Azul, Minas Gerais, com sua genitora, que detém a sua guarda. Sabe-se que ela recebe pensão alimentícia de R\$ 30.000,00 por mês, em razão da alta remuneração de seu genitor, que é jogador do *Feyenoord*, uma das principais equipes do futebol holandês. De acordo com o caso hipotético, é correto afirmar que:

- Melissa não pode ser considerada contribuinte, porque é menor absolutamente incapaz.
- Se a pensão alimentícia tiver sido fixada judicialmente, não há incidência de imposto de renda.
- Pablo Júnior é considerado contribuinte, relativamente ao Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) incidente sobre a pensão alimentícia paga a Melissa.
- Eduarda é responsável tributária, em relação ao recolhimento do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre os valores que Melissa recebe de pensão alimentícia. – OPÇÃO CORRETA

Questão 06

Pedro, com dolo de matar, efetua diversos disparos de arma de fogo contra João, que cai ao solo gravemente ferido. A vítima é socorrida e, durante o transporte até o hospital, a ambulância colide frontalmente com uma carreta, tendo como causa morte de João a colisão. Considere que a perícia concluiu pela autonomia causal do sinistro em relação aos ferimentos iniciais. Diante o exposto, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade penal de Pedro pelo evento morte de João.

- Pedro responde por homicídio culposo, pois a cadeia causal foi interrompida por causa superveniente e não há dolo quanto ao resultado morte.
- Pedro responde por crime preterdoloso (lesão corporal seguida de morte), pois, embora quisesse apenas lesionar, assumiu o risco do resultado fatal ao efetuar múltiplos disparos de arma de fogo.
- Pedro responde por homicídio consumado, pois o Código Penal adota a teoria da equivalência das condições (*conditio sine qua non*), sendo irrelevante a ocorrência do acidente de trânsito para a imputação do resultado.
- Pedro responde por tentativa de homicídio, pois o resultado morte decorreu de causa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado, excluindo a imputação do óbito ao agente que disparou com arma de fogo contra a vítima (art. 13, § 1º, CP), ficando as lesões corporais absorvidas pelos atos de execução do homicídio tentado. – OPÇÃO CORRETA

Questão 07

Mariana compareceu à Delegacia de Polícia acompanhada de seu advogado, com a finalidade de relatar a suposta prática dos crimes de estelionato e falsidade documental por parte de seu antigo sócio. Foram apresentados documentos, indicadas testemunhas e fornecidos os dados de qualificação do investigado. Cinco dias após o registro da ocorrência, sem adoção de qualquer diligência para apuração dos fatos narrados, o delegado de polícia proferiu despacho indeferindo a instauração do Inquérito Policial e determinando a suspensão do procedimento. Diante dessa situação hipotética, a providência juridicamente adequada a ser tomada é:

- Interpor recurso para o chefe de polícia, a fim de que esse reavalie o indeferimento da instauração do inquérito policial. – **OPÇÃO CORRETA**
- Encaminhar representação ao Ministério Público, titular da ação penal, para que determine a instauração do inquérito policial.
- Solicitar ao juiz a imediata instauração do inquérito, uma vez que a decisão do delegado deve ser submetida ao Poder Judiciário.
- Formular pedido administrativo perante a Secretaria de Segurança Pública, pois a decisão do delegado é ato administrativo passível de revisão hierárquica por esse órgão.

Questão 08

Além das infrações de trânsito de cunho administrativo, para os comportamentos mais graves dos condutores ou usuários do trânsito, a Lei Federal nº 9.503/1997 previu os denominados crimes de trânsito. Considere que João, motorista profissional no exercício do seu mister, conduzia ônibus transportando passageiros escolares e atropelou um pedestre em via pública municipal, tendo este obtido lesões corporais graves em decorrência do sinistro de trânsito. João acionou imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU) e permaneceu no local do sinistro, testemunhando o pronto socorro e encaminhamento do pedestre atropelado ao hospital local, e ficando ali presente até o encerramento do atendimento pela equipe competente. Sobre o caso hipotético, em respeito ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e decisões sedimentadas de tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

- I. No caso, João praticou o crime de trânsito de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, de competência dos Juizados Especiais Criminais.
- II. Se João não fosse habilitado e não se constatando desígnios autônomos, o delito cometido no caso hipotético absorveria o crime de conduzir veículo sem possuir CNH, restando esse apenas como motivo para aumento de pena.
- III. Na ação penal, caso seja imposta a João a pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, esta deverá ser empregada de forma isolada, sendo vedada sua aplicação cumulativa com a pena de detenção.
- IV. Conforme permissão legal, João não foi preso em flagrante por não ter se afastado do local até o fim do atendimento do sinistro.
- V. Se constatada a embriaguez de João, é inaplicável a absorção de crimes no evento hipotético.

Está correto o que se afirma apenas em

- II e IV.
- **II e V. – OPÇÃO CORRETA**
- I, III e V.
- I, II, III e IV.

Questão 09

Mariana, 10 anos, é representada pela mãe, Laura, em execução de alimentos contra o pai, Pedro, que havia deixado de pagar seis parcelas mensais. O valor atualizado da dívida era de R\$ 6.000,00. Na audiência de conciliação, Laura e Pedro firmaram acordo, pelo qual Pedro pagaria imediatamente R\$ 4.000,00, ficando liberado do saldo de R\$ 2.000,00, e se comprometeu a quitar pontualmente as prestações futuras. O acordo foi homologado pelo juiz. O Ministério Público interpôs recurso, sustentando que: (i) os alimentos são irrenunciáveis, inclusive os pretéritos não prestados; e (ii) haveria conflito de interesses entre Mariana e seus genitores, impondo a necessidade de nomeação de curador especial. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- É plenamente válida a renúncia a todos os alimentos – passados, presentes e futuros, em razão da autonomia da vontade das partes.
- **É possível a renúncia às parcelas pretéritas de alimentos não prestados, pois a irrenunciabilidade recai sobre o direito em si, e não sobre o crédito vencido. – OPÇÃO CORRETA**
- Os alimentos, sejam pretéritos, presentes ou futuros, são absolutamente irrenunciáveis, dada sua natureza de direito indisponível, razão pela qual o acordo é nulo.
- O acordo somente poderia ser válido mediante a nomeação de curador especial à criança, já que a transação entre os genitores configura, por si, conflito de interesses.

Questão 10

Antônio, 16 anos, praticou ato infracional equiparado a furto. O Ministério Público lhe ofereceu remissão pré-processual cumulada com prestação de serviços à comunidade, a qual foi aceita. Semanas depois, o adolescente voltou a delinquir e, em nova apuração, sobreveio representação julgada procedente, sendo-lhe aplicada a medida de semiliberdade. Na fase de execução, o magistrado se limitou a iniciar o cumprimento da semiliberdade, sem promover a unificação com a prestação de serviços à comunidade anteriormente imposta. Inconformado, o defensor do adolescente requereu a unificação das medidas em curso. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a unificação das medidas socioeducativas impostas em razão de remissão e de representação julgada procedente é:

- **Vedada. – OPÇÃO CORRETA**
- Obrigatória.
- Facultativa, mediante requerimento do Ministério Público.
- Facultativa, a critério do juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor ou do representante legal do adolescente.

Questão 11

A empresa Luz & Som Produções LTDA., dirigida por Bruno, organizou um festival de música em Belo Horizonte. Antes do evento, Bruno solicitou autorização ao Juízo da Vara da Infância e Juventude para permitir a entrada de adolescentes desacompanhados. O juiz Carlos indeferiu o pedido e determinou, expressamente, que somente poderiam ingressar menores de 18 anos acompanhados por pais ou responsáveis, além de ordenar a fiscalização pelo Conselho Tutelar, representado por Daniela. Durante o evento, Daniela constatou que dois adolescentes entraram desacompanhados, por negligência no controle de acesso, havendo, inclusive, registro de consumo de bebidas alcoólicas. Diante disso, foi lavrado auto de infração e ajuizada representação contra a empresa. O magistrado condenou a Luz & Som Produções LTDA. ao pagamento de multa administrativa, com fundamento no descumprimento da determinação judicial protetiva – art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No recurso interposto, a empresa sustentou que: (i) a sanção prevista no ECA só poderia ser aplicada a pais, tutores ou guardiães, não se estendendo a pessoas jurídicas; e (ii) os adolescentes atingiram a maioridade antes da sentença, de modo que a multa deveria ser afastada, pois teria caráter exclusivamente preventivo. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a sanção administrativa:

- Somente pode ser aplicada a pais, tutores ou guardiães, mas, uma vez configurada a infração, a superveniência da maioridade da vítima adolescente não afasta a multa, que também tem natureza sancionatória.
- Somente alcança pais, tutores e guardiães, de modo que não pode ser aplicada a pessoas jurídicas; além disso, a superveniência da maioridade da vítima adolescente no curso do processo afasta a imposição da multa.
- **Pode ser aplicada a pessoas jurídicas que descumpram determinações judiciais protetivas, e a superveniência da maioridade da vítima não afasta a multa, pois esta tem caráter punitivo e pedagógico, além do preventivo. – OPÇÃO CORRETA**
- Pode ser aplicada a pessoas jurídicas que descumpram determinação judicial, mas deve ser afastada se a vítima adolescente atingir a maioridade antes da sentença, diante do caráter meramente preventivo da penalidade.

Questão 12

Na penitenciária X, localizada no município de Divinópolis – Unidade Federativa de Minas Gerais, cinco reeducandas, gestantes ou responsáveis por filhos ou dependentes com deficiência, através de seus advogados constituídos, ingressaram com requerimento no íncito Juízo da Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais e Privativa da Secretaria da Comarca de Divinópolis, com progressão de regime. Salienta-se, por oportuno, que todas as condenações ocorreram em fevereiro e março do ano de 2019. Nos pleitos de progressão de regime, têm-se as seguintes condições pessoais e jurídicas das reeducandas, confira-se: 1ª) Lady, primária, gestante, condenada por furto qualificado pelo concurso de pessoas, cumpriu um oitavo da pena no regime anterior, mantém bom comportamento carcerário, nunca integrou organização criminosa e não cometeu falta grave; 2ª) Elderly, primária, mãe de duas crianças, condenada por lesão corporal de natureza grave – deformidade permanente, cumpriu um oitavo da pena, mantém bom comportamento, nunca integrou organização criminosa, bem como não deflagrou falta grave durante o seu cumprimento de pena; 3ª) Girl, primária, responsável por um dependente com deficiência, condenada por estelionato, já cumpriu um oitavo da pena, mantém bom comportamento, todavia cometeu falta grave durante a execução da pena; 4ª) Woman, reincidente, mãe de um filho adolescente, condenada por tráfico ilícito de entorpecentes, cumpriu um oitavo da pena, mantém bom comportamento, nunca integrou organização criminosa, mas sua condenação anterior a torna reincidente; 5ª) Madam, primária, mãe de três filhos adolescentes, condenada por apropriação indébita, cumpriu um dezesseis avos da pena no regime anterior, mantém bom comportamento, nunca integrou organização criminosa. Considerando as circunstâncias hipotéticas descritas no texto, bem como o ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, sobre a possibilidade de progressão de regime para cada reeducanda, assinale a alternativa correta.

- **Lady: permitida; Elderly: vedada; Girl: vedada; Woman: vedada; Madam: vedada. – OPÇÃO CORRETA**
- Lady: permitida; Elderly: permitida; Girl: vedada; Woman: vedada; Madam: vedada.
- Lady: permitida; Elderly: vedada; Girl: permitida; Woman: vedada; Madam: vedada.
- Lady: permitida; Elderly: vedada; Girl: vedada; Woman: vedada; Madam: permitida.

Questão 13

Em 10 de setembro de 2025, durante inspeção no estabelecimento prisional Y, localizado em Contagem – Unidade Federativa de Minas Gerais, a equipe especializada da Polícia Penal “Mineira”, verificou as seguintes condutas deflagradas por diferentes reeducandos, confira-se: 1º) O reeducando ZZZ, sem motivos aparentes, se recusou a fornecer material biológico para fins de identificação de perfil genético, quando regularmente solicitado pela autoridade competente; 2º) O reeducando XXX, cumprindo pena em regime aberto, foi flagrado em reiteradas saídas sem autorização judicial e deixou de comparecer ao local de trabalho previamente informado, de acordo com as condições impostas pelo íncito Juízo competente ao regime aberto; 3º) O reeducando JJJ foi encontrado portando um objeto artesanalmente confeccionado com lâmina metálica, apto a causar lesões graves em outros reeducandos; 4º) O reeducando PPP, em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado, incitou um grupo de detentos a não retornarem às celas após o horário de banho de sol, resultando em tumulto coletivo no mencionado estabelecimento prisional. Considerando as circunstâncias hipotéticas descritas, bem como o ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- **Todas as condutas praticadas pelos reeducandos – ZZZ, XXX, JJJ e PPP – configuram falta grave, uma vez que encontram respaldo expresso no ordenamento jurídico brasileiro. – OPÇÃO CORRETA**
- Apenas as condutas dos reeducandos ZZZ e PPP configuram falta grave, pois possuem previsão expressa e atualizada em lei, ao passo que a conduta praticada pelo reeducando XXX caracteriza apenas descumprimento disciplinar de natureza leve.
- Apenas as condutas dos reeducandos JJJ e PPP configuram falta grave, já que a recusa ao fornecimento de material genético pelo reeducando ZZZ não pode ser equiparada a descumprimento de dever, e o descumprimento das condições do regime aberto pelo reeducando XXX não tem natureza de falta grave.
- Apenas as condutas praticadas pelos reeducandos XXX e JJJ configuram falta grave, pois a recusa do reeducando ZZZ é incompatível com garantias constitucionais de não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), e a incitação deflagrada pelo reeducando PPP é ato que não possui previsão expressa no ordenamento jurídico em vigor no país.

Questão 14

Durante operação policial, Roberto foi flagrado transportando em seu veículo 200 gramas de cocaína, acondicionados em porções já preparadas para a venda. No mesmo compartimento, havia, também, uma quantidade significativa de cafeína e lidocaína, substâncias comumente utilizadas para misturar e “aumentar” o volume da droga, elevando o lucro da comercialização. A defesa alegou que a conduta de portar insumos deveria configurar crime distinto daquele de transportar a droga, com aplicação cumulativa de penas. À luz do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quanto à tipificação penal, é correto afirmar que Roberto responderá:

- Por dois crimes de tráfico de drogas em concurso material, pois praticou dois verbos distintos previstos no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.
- Apenas por posse irregular de insumos químicos, pois a utilização de cafeína e lidocaína para misturar drogas não é abrangida pelo tipo penal do art. 33 da Lei de Drogas.
- **Por crime único de tráfico de drogas, uma vez que a lei tipifica o tráfico como crime de ação múltipla, bastando a prática de um ou mais verbos em um mesmo contexto fático. – OPÇÃO CORRETA**
- Por associação para o tráfico e tráfico de drogas, pois portar insumos com a finalidade de adulteração configura necessariamente vínculo estável e permanente com outros traficantes.

Questão 15

Em determinada investigação, a Polícia Federal identificou um grupo, formado por sete pessoas, que se organizava com divisão de tarefas, inclusive com liderança definida, tesouraria e setor de logística, visando ao contrabando de armas de uso restrito. Durante o processo, a defesa alegou que o crime imputado aos acusados deveria ser de associação criminosa (art. 288, CP), e não de organização criminosa (Lei nº 12.850/2013), sustentando que não havia diferença substancial entre as figuras típicas. À luz da Lei nº 12.850/2013 e das alterações introduzidas pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019), assinale a afirmativa correta quanto ao enquadramento jurídico da conduta.

- Organização criminosa, bastando a comprovação do caráter transnacional do delito, sem o qual a conduta deve ser enquadrada como associação criminosa.
- Associação criminosa, pois a diferença para a organização criminosa é apenas numérica: três pessoas caracterizam associação, e quatro ou mais, organização.
- Associação criminosa, salvo se houver prova da prática efetiva de ao menos um crime hediondo, hipótese em que se configuraria organização criminosa hedionda.
- **Organização criminosa, pois presentes os requisitos da Lei nº 12.850/2013, quais sejam: associação de quatro ou mais pessoas, divisão de tarefas; e finalidade de obter vantagem ilícita por meio de crimes cuja pena máxima ultrapassa quatro anos. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 16

No dia 25 de agosto de 2025, por volta das 14h15, na cidade de Belo Horizonte – Unidade Federativa de Minas Gerais, a Polícia Civil, em cumprimento a diligência decorrente de operação regularmente deflagrada em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio e com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, constatou, em estabelecimento hoteleiro de grande porte, a existência de área destinada à prática de jogatina, consistente em jogos de apostas com cartas, cujo resultado dependia unicamente da sorte. No curso da diligência, a autoridade policial verificou, no quadro funcional do referido estabelecimento hoteleiro, o registro do estagiário ZZZ, nascido em 7 de setembro de 2008, o qual mantinha vínculo formal de estágio com a empresa, percebendo a respectiva bolsa-auxílio e gozando dos direitos correlatos. Ressalte-se que o referido estagiário se encontra regularmente matriculado no primeiro período do curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais e exerce a função de tradutor junto aos hóspedes estrangeiros que participavam dos jogos, em razão de sua comprovada proficiência nos idiomas inglês, espanhol e alemão. Outrossim, apurou-se que o hóspede RRR, nascido em 20 de maio de 2001, declarou que sua participação se limitava a apostas realizadas por meio da internet, vinculadas ao mesmo jogo promovido pelo estabelecimento hoteleiro, sem que tenha comparecido presencialmente ao local em que ocorriam as mencionadas atividades desviantes. Considerando as circunstâncias hipotéticas descritas no texto, bem como o ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- Caso ZZZ participe dos jogos, mesmo apostando uma pequena quantia de seu salário, será responsabilizado penalmente pela sua conduta.
- O hóspede RRR, que participou do jogo pela *internet*, não pode ser responsabilizado criminalmente, pois o ordenamento jurídico em vigor, na República Federativa do Brasil, exige presença física do apostador no local da jogatina.
- A realização de jogos de apostas de cartas, cujo desfecho se vincula tão-somente à sorte no estabelecimento hoteleiro citado no texto, não caracteriza “lugar acessível ao público” para fins penais, motivo pelo qual o fato deve ser considerado atípico.
- De acordo com a legislação em vigor na República Federativa do Brasil, o organizador do jogo será responsabilizado pela prática de contravenção penal, sujeitando-se à pena em abstrato de prisão simples de três meses a um ano e multa, com aumento de um terço, em razão de se verificar que entre os trabalhadores do estabelecimento há a pessoa do estagiário ZZZ. – OPÇÃO CORRETA

Questão 17

No dia 3 de setembro de 2025, por volta de 21h, na cidade de Uberaba – Unidade Federativa de Minas Gerais, ZZZ, maior de idade e plenamente capaz de compreender o caráter ilícito de sua conduta, foi denunciado por vizinhos à Polícia Militar de Minas Gerais, em razão de haver instalado equipamentos de som (“parede de som”) em volume elevado, presumivelmente com a intenção livre e consciente de perturbar o sossego da coletividade. Todavia, a guarnição policial compareceu ao local antes que o referido equipamento sonoro fosse efetivamente acionado, encontrando apenas a aparelhagem montada e pronta para utilização. Concluída a fase investigatória em conformidade com a legislação aplicável, os autos foram remetidos à autoridade judiciária competente para a observância do devido processo legal. O feito aportou no Ministério Público da Unidade de Minas Gerais. Sabe-se que o representante do *Parquet* ofereceu denúncia em face de ZZZ, imputando-lhe a prática da tentativa de perturbação do trabalho ou sossego alheios, conduta prevista no Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei das Contravenções Penais. Considerando as circunstâncias hipotéticas descritas, bem como o ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, é correto afirmar que a tentativa da perturbação do trabalho ou do sossego alheios:

- Não é punível, é o que dispõe o Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei das Contravenções Penais. – OPÇÃO CORRETA
- Não é punível, salvo se a conduta configurar também crime previsto no Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, hipótese em que poderá haver responsabilização penal de ZZZ.
- Será punível apenas se o agente tiver antecedentes criminais ou reincidência em contravenções da mesma natureza, é o que dispõe o Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei das Contravenções Penais.
- É punível conforme prevê a norma de extensão descrita no Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro – inciso II e parágrafo único, do art. 14, pois se trata de ato inequívoco voltado à prática da contravenção penal.

Questão 18

Considere o caso em que Y é mulher e foi vítima de violência doméstica por parte de seu marido W, tendo ela buscado ajuda na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam). Durante o registro da ocorrência policial, a autoridade policial competente colheu as declarações da vítima e tomou providências no sentido de remeter expediente apartado ao juiz para a concessão de medidas protetivas de urgência, as quais foram levadas a efeito pelo magistrado. No que se refere às possíveis consequências judiciais como resultado da violência doméstica cometida por W, e sempre com base na legislação, doutrina e jurisprudência prevalentes, assinale a afirmativa correta.

- Para a aplicação, *in totum*, do Sistema de Proteção previsto na Lei nº 11.340/2006, compreende-se necessária a prova específica de subjugação feminina, visando a uma precisa demonstração da hipossuficiência alegada.
- **No caso hipotético, eventual reconciliação do casal não seria fundamento o bastante para impedir a fixação do valor mínimo legalmente previsto para a reparação dos danos sofridos pela ofendida Y, resultados do crime cometido por W. – OPÇÃO CORRETA**
- No processo penal, a decisão judicial que fixa alimentos provisórios em razão da prática de violência doméstica contra a mulher não constitui, como reflexo imediato, título executivo hábil para a cobrança e decretação de prisão civil, em caso de inadimplemento.
- O fato de o casal se constituir em coproprietários da residência onde moram não impede o cabimento da medida protetiva de afastamento do lar em desfavor de W, sendo garantido ao agressor apenas o direito ao arbitramento de aluguel, proporcional à fração ideal do imóvel.

Questão 19

À luz da legislação, doutrina e jurisprudência sedimentadas sobre a Lei Federal nº 10.826/2003, analise os casos práticos a seguir.

- I. Membro de facção criminosa, conhecido como “assassino de policiais”, foi preso durante operação policial conjunta, sendo apreendida consigo uma pistola de uso permitido com a numeração de identificação “raspada”. Não viola o princípio da taxatividade penal o seu enquadramento no art. 16, §1º, IV da Lei Federal nº 10.826/2003 – porte ilegal de arma de fogo de uso restrito com numeração raspada, suprimida ou adulterada.
- II. Durante abordagem a veículo de carga em rodovia estadual, a Polícia Rodoviária Estadual localizou uma arma de fogo de uso permitido na cabine do caminhão, ao lado da poltrona do condutor do veículo, que viajava desacompanhado. Percebendo que o motorista não possuía autorização legal ou regulamentar relativa ao armamento, o delegado de polícia competente agiu corretamente ao ratificar a prisão em flagrante do caminhoneiro como incurso nas penas do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, e não de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- III. Cidadão foi preso em flagrante delito por disparar arma de fogo em direção da via pública, estando ele no quintal de sua residência. No decorrer da ação penal, o armamento apreendido foi submetido à perícia, cujo laudo atestou várias falhas de deflagração das munições, registrando apenas um disparo eficiente. No caso hipotético, em razão da ineficácia relativa do meio e do axioma da “dúvida razoável”, o resultado é a atipicidade da conduta.
- IV. Durante cumprimento legal de mandado judicial de busca e apreensão na residência de réu, reincidente em crimes do Estatuto do Desarmamento, foram encontradas três munições de uso permitido em uma das gavetas da escrivaninha, no seu quarto. Apesar do delito de posse irregular de munição ser considerado crime de perigo abstrato, dispensando a demonstração de dano ao bem jurídico tutelado, a Corte Máxima admite o princípio da insignificância para o caso hipotético, pois foi suficiente para a constatação do “crime de bagatela” a posse de pequena quantidade de munição, desacompanhada de arma de fogo apta para o disparo.
- V. Em operação da Corregedoria de Polícia Civil, houve a apreensão de arma de fogo de uso restrito junto a agente policial investigado, que a portava. A arma foi recolhida, uma vez que, apesar de o policial ter apresentado o registro cautelar do armamento, e em seu nome, o mesmo estava vencido. O policial não recebeu voz de prisão, pois sua conduta é atípica, tratando-se o evento hipotético de irregularidade administrativa, passível de apreensão do artefato e de aplicação de multa ao policial.

Está correto o que se afirma apenas em

- **I e II. – OPÇÃO CORRETA**
- III e V.
- IV e V.
- I, II e IV.

Questão 20

Filho de pessoa idosa com 75 anos de idade (mãe), possuindo o cartão magnético bancário de sua mãe, suas senhas e acessos necessários, tem se apoderado indevidamente dos seus rendimentos de pensão, usando-os para outros fins que não a subsistência de sua mãe. Infelizmente, essa é uma prática cada vez mais comum na sociedade, mas, desta vez, e informalmente, o fato chegou ao conhecimento do *Parquet* competente. Considerando o caso hipotético como sustentação, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para os crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, o Ministério Público poderá iniciar a ação penal sem a formalização da *notitia criminis* e conduzi-la sem a obrigação de provocação da vítima ou representante, com a ressalva da denominada “imunidade relativa” nos casos de delitos contra o patrimônio praticados por descendentes, a exemplo do caso prático.
- II. A conduta narrada se enquadra em crime contra a mãe idosa, permitindo, também, a cumulação de medida de proteção em seu favor, a requerimento do Ministério Público, em razão da conduta delitiva do filho de violação dos direitos patrimoniais da mãe.
- III. Para além do caso que se apresenta, em infrações penais de menor potencial ofensivo previstas no Estatuto da Pessoa Idosa, cujas penas máximas cominadas não sejam superiores a dois anos, o *Parquet* poderá propor a aplicação de conciliação penal ou a suspensão condicional do processo.
- IV. Ciente da aplicabilidade do Código Penal Brasileiro (CPB) à Lei nº 10.741/2003, considere que a senhora idosa tivesse sido enganada por estagiário bancário, que, em posse de seu cartão magnético e senha, transferiu dois mil reais para sua conta bancária pessoal, e sem autorização. Nesse caso, o estagiário estaria incurso nas sanções do crime de Apropriação Indébita do Código Penal Brasileiro (CPB), com obrigatório aumento de pena de um terço.

À luz da Lei Federal nº 10.741/2003 e das legislações às quais o Estatuto da Pessoa Idosa se aplica, está correto o que se afirma apenas em

- II. – **OPÇÃO CORRETA**
- I e IV.
- II e IV.
- I, II e III.

LÍNGUA PORTUGUESA

IA no Judiciário: superassistente de redação e aliada na busca por coerência

No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante. A IA, quando compreendida com responsabilidade, não é juíza, não é parte, não é intérprete moral. É, antes de tudo, uma superassistente de redação: precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.

Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica. Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, como o embate entre cognitivismo e não cognitivismo, ou os conflitos entre conceitos como verdade correspondencial e livre convencimento motivado. Essa crítica é válida – e deve ser levada a sério.

Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio. Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam – a coerência e a integridade no Direito, como nos ensina Dworkin com seu juiz Hércules.

Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, com rapidez exponencial, acesso à jurisprudência, doutrina e legislação, ajudando-nos a enxergar o que talvez o cansaço ou o volume processual nos fariam deixar passar? O que ela entrega não é solução automática – é clareza, organização e amplitude. Não é substituição – é reforço.

Mais do que isso: a IA pode ser instrumento para corrigir deficiências estruturais que já marcam a prática forense cotidiana. Quantas decisões carecem de fundamentação adequada? Quantas petições repetem fórmulas sem articulação lógica entre os pedidos e os argumentos? Nesse cenário, a IA não apenas auxilia o julgador, mas também contribui para elevar o nível técnico da atividade dos próprios operadores do Direito, oferecendo modelos mais bem estruturados, alertando para omissões e sugerindo padrões argumentativos consistentes.

É verdade que a IA “não estudou cinco anos”, como se diz, mas é igualmente verdadeiro que foi alimentada com séculos de produção intelectual humana – inclusive com os 2.500 anos de filosofia que alguns acreditam estarem sendo desprezados. Isso não a torna melhor que o ser humano, tampouco apta a decidir. Apenas a torna útil. Potente. Uma aliada.

O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. Isso seria, de fato, um erro. A IA não interpreta, não pondera, não responsabiliza. Ela apenas oferece, ao julgador, o que todo bom profissional precisa: um arsenal confiável de informações, ordenadas com coerência.

Não deixa de ser curioso que muitos dos que mais criticam a IA também já deslegitimam, por princípio, a atuação judicial contemporânea. Como esperar, então, que acolham bem uma ferramenta que, ironicamente, pode fortalecer o que há de melhor no ofício de julgar?

Por isso, sigo afirmando: a IA não entrega decisões, mas contribui para sua fundamentação. Ajuda a evitar omissões, a reduzir contradições, a alinhar decisões a um padrão jurisprudencial. Como toda boa ferramenta, não pensa por você, mas pode pensar com você. E isso, em um mundo cada vez mais saturado de volume e urgência, é uma virtude.

(Clóvis Moacyr Ramos – Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Revista JC, 10 de setembro de 2025.)

Questão 21

Acerca do título do texto, pode-se afirmar que:

- Identifica-se uma proposição seguida de afirmação.
- **É possível identificar posicionamento específico do enunciador acerca do tema apresentado. – OPÇÃO CORRETA**
- O emprego generalizado da referência à expressão “IA” indica a abrangência e atualidade do tema.
- O exagero no emprego da expressão “superassistente” indica uma quebra de expectativa mediante o uso da linguagem formal.

Questão 22

No 1º§ do texto, considerando a pontuação de acordo com a norma padrão da língua, pode-se afirmar que:

- **O travessão poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical, por dois pontos. – OPÇÃO CORRETA**
- A primeira ocorrência de vírgula do parágrafo exemplifica uma inadequação gramatical, já que separa sujeito e predicado.
- Caso a expressão “[...] quando compreendida com responsabilidade, [...]” fosse excluída, a vírgula após a expressão “A IA” seria mantida.
- O segmento “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” demonstra o emprego de vírgulas para separar elementos que têm diferentes funções sintáticas.

Questão 23

O segmento “[...] quando compreendida com responsabilidade [...]” (1º§) indica, no contexto, que:

- A compreensão só é possível quando atrelada à responsabilidade.
- Há oposição às negativas apresentadas em “[...] não é juíza, não é parte, não é intérprete moral.” (1º§).
- A compreensão de assuntos referentes à tecnologia depende da responsabilidade de quem a pratica.
- **Há um pressuposto para que a IA seja reconhecida com as características enumeradas em “[...] precisa, veloz, incansável e desprovida de paixões.” (1º§). – OPÇÃO CORRETA**

Questão 24

Pode-se afirmar que apresenta marca linguística que evidencia a voz do enunciador do texto, o trecho destacado em:

- “Mas ela não esvazia o valor prático da IA como ferramenta de apoio.” (3º§)
- **“Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, [...]” (2º§) – OPÇÃO CORRETA**
- “Argumentam que há uma tendência perigosa entre os entusiastas da IA de ignorar os paradigmas fundantes da filosofia do Direito, [...]” (2º§)
- “Ao contrário: se bem programada, auditável e alimentada por fontes qualificadas, a IA pode colaborar com o ideal que muitos desses mesmos filósofos tanto prezam [...]” (3º§)

Questão 25

Em “Afinal, que prejuízo real à integridade da decisão haveria se a IA nos oferece, [...]” (4º§), haverá correção gramatical e preservação do sentido original se:

- O acento grave for omitido.
- O termo “que” for substituído por “cujo”.
- O termo “Afinal” for substituído por “Todavia”.
- **A expressão “prejuízo real” for substituída por “real prejuízo”. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 26

Em “*Não ignoro que muitos dos críticos da IA, especialmente os de formação filosófica, não o fazem por desprezo irracional à técnica, mas por desconfiança epistemológica.*” (2º§):

- I. Os termos destacados exercem função sintática equivalente.
- II. A conjunção adversativa introduz uma possibilidade para a fundamentação da crítica referida.
- III. É possível reconhecer que uma das orações exerce função sintática equivalente a do objeto direto.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA

Questão 27

Dentre as afirmativas a seguir, assinale a que apresenta forma adequada de reescrita com a manutenção do sentido original, considerando o segmento “*O problema, portanto, não está na ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.*” (7º§).

- Imaginar que a IA, virá para substituir a atividade intelectual do juiz, é uma questão própria de quem a teme.
- O problema, portanto, não está na ferramenta, mas sim em quem a teme ao imaginar que: a IA virá para substituir a atividade intelectual de um juiz.
- O problema, logo, não está na ferramenta, senão no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz. – OPÇÃO CORRETA
- Sabendo-se que o problema não está relacionado a ferramenta, mas no pressuposto de quem a teme: imaginar que a IA virá para substituir a atividade intelectual do juiz.

Questão 28

A expressão destacada em “*No debate cada vez mais intenso sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na atividade jurisdicional, é preciso recusar os extremos – tanto o entusiasmo ingênuo quanto o ceticismo paralisante.*” (1º§) não foi empregada de acordo com a norma padrão da língua em:

- É preciso os documentos para o cadastro. – OPÇÃO CORRETA
- É preciso qualidades de modelo para o trabalho.
- É preciso consciência para decidir corretamente.
- É preciso planos estratégicos para que a vitória seja alcançada.

Questão 29

A referência feita a “[...] *Dworkin com seu juiz Hércules.*” (3º§) indica:

- Sustentação para as críticas à IA.
- Contexto literário como quebra de expectativa.
- Argumento que referencia a expressão anterior. – OPÇÃO CORRETA
- Comprometimento da linguagem utilizada no texto.

Questão 30

Quanto à predominância de tempos verbais utilizado no texto, pode-se afirmar que:

- Não há predominância de tempo verbal, mas sim uma variação que atende ao desenvolvimento do texto.
- O futuro do presente do indicativo, como tempo predominante, tem como função indicar uma previsão diante do avanço da IA.
- O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado, indicando ações pontuais e realizadas no momento da enunciação.
- O presente do indicativo é o tempo verbal predominantemente utilizado e seu emprego indica, principalmente, a atualidade das ações expressas. – OPÇÃO CORRETA